



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista ao Jornalista Robert Graham, do Jornal *Financial Times*, em 27 de Novembro de 1990

Jornalista: Bom-dia, Senhor Presidente. A reforma administrativa e a privatização de empresas estatais são dois pontos importantes do Plano de estabilização econômica. O senhor estaria encontrando resistências para cumprir esses objetivos?

Presidente: Segundo os dados mais recentes de que disponho, já foram afastados este ano 220.511 funcionários públicos. Esses dados, que pareceriam inimagináveis, indicam que nossos objetivos vêm sendo plenamente atingidos na área da reforma administrativa. E ela vai continuar, não pararemos por aí. Quanto ao processo de privatização, também prossegue bem. Só que nesse caso temos que tomar todos os cuidados para que tenhamos um processo absolutamente transparente, sob o controle da sociedade. Por tratar-se da alienação de patrimônio público, se não cercássemos essas operações com cuidados excepcionais, ficariam abertas margens para interpretações errôneas. Nove meses é um período muito curto para a privatização de todas as companhias que imaginamos. A propósito, vale lembrar que o processo de privatização levado a cabo pela Sra. Thatcher, na In-

glatterra, deu-se ao longo de quatro ou cinco anos. O mesmo aconteceu em Portugal, onde o processo de privatização em marcha só agora, depois de dois anos e meio, logrou a primeira alienação.

Mas o objetivo primeiro do Governo é reduzir a inflação a níveis de cerca de 3% num prazo de 18 meses. No início do Governo e antes do episódio do Iraque, tínhamos motivos para acreditar que essa meta poderia ser antecipada. Infelizmente, com os acontecimentos no Golfo Pérsico essa perspectiva de antecipação parece difícil de se realizar. De nossa parte, continuaremos trabalhando firmemente com esse propósito, embora tenhamos de superar as dificuldades adicionais que nos foram trazidas pelos acontecimentos no Golfo e outros, que nos afetaram negativamente, como as quedas substanciais apresentadas pela soja e pelo suco de laranja nos mercados internacionais. Não posso, também, deixar de me referir às nossas preocupações em relação à atual rodada de negociações do GATT, de onde partem sinais de um protecionismo exacerbado, em detrimento de países como o nosso, que abrem suas fronteiras comerciais.

Nível de Atividade Econômica

Jornalista: Como o senhor pretende compatibilizar o seu programa econômico com os objetivos sociais que prega? Muitas empresas estão pedindo concordata e empregados estão sendo demitidos. Não há uma contradição nessas posições?

Presidente: Não. O que temos é que conciliar a aplicação do programa econômico com o menor custo social possível. Ninguém gosta de recessão, ninguém a quer, ninguém a planeja. Mas, qualquer programa de estabilização, em qualquer lugar do mundo, leva a uma redução da atividade econômica, período no qual os agentes econômicos têm que se acomodar a uma nova realidade. A nós, Governo, nos cabe fazer com que essa acomodação se dê com os menores custos sociais possíveis.

Quanto à recente onda de concordatas que tivemos no mês passado, sabemos que muitos casos foram devidos a dificuldades reais das empresas; mas muitos outros foram solicitados como um artifício eticamente reprovável, um meio que alguns empresários encontram para ganhar mais dinheiro. Ou seja, se endividavam, sabendo que os juros estavam altos pelo aperto monetário, e depois pediam concordata, sabendo que a regulamentação — que agora mudamos — os favorecia com juros subsidiados e ausência de correção monetária. O que temos, então, é que daquelas concordatas solicitadas, a maioria foi solicitada de uma forma pouco ética, que não podemos aceitar.

Moralidade Administrativa

Jornalista: O senhor já eliminou a corrupção do Governo?

Presidente: Hoje mesmo assinei a demissão de mais três funcionários públicos envolvidos em atos de improbidade administrativa. Até agora, nesses oito meses de governo, mais de vinte funcionários já foram afastados pela mesma razão. O Governo tem um compromisso muito sério com a questão da moralidade administrativa. Precisamos estar sempre muito atentos e sempre dar curso a qualquer tipo de denúncia, de insinuação mesmo, que se faça sobre a questão da moralidade administrativa.

Relações Brasil-EUA

Jornalista: O que o senhor espera da visita do Presidente Bush?

Presidente: Nós temos três pontos que fundamentalmente nos preocupam e que eu poderia vir a colocar, uma vez mais, para o Presidente Bush, assim como tenho colocado a outros visitantes estrangeiros. Temos, em primeiro lugar, essa nova confor-

mação geopolítica do mundo, a formação desses megabloco que parecem tender à formação de mercados extremamente protegidos, mercados fechados ao acesso dos produtos dos países em desenvolvimento. O segundo ponto seria a questão do acesso à tecnologia, a necessidade de vencer a resistência dos detentores de tecnologia em transferi-la a países que, como o nosso, querem diminuir sua ineficiência. Em terceiro lugar, a questão da dívida externa, que tem peso significativo sobre a economia dos países em desenvolvimento.

Consideramos muito interessante a chamada «Iniciativa para as Américas», proposta pelo Presidente Bush, porque aborda questões como essas que enumerei: a questão da dívida, a questão do comércio e a questão dos investimentos. Na prática, isso significa que há pontos de convergência entre o que prega o presidente norte-americano e aquelas prioridades dos países em desenvolvimento. Fica faltando, na iniciativa Bush, apenas um desses pontos que elejemos como prioritários, que é o acesso a novas tecnologias. E esse deverá ser um tema que abordaremos em nossa conversa com o presidente norte-americano.

O Exercício da Presidência

Jornalista: Como o senhor se sente como Presidente do Brasil, um país de tão vastas dimensões e tão vastos problemas?

Presidente: Há alguns dias, recordavam alguns jornalistas brasileiros, que os últimos presidentes que tivemos reclamavam muito do exercício de governar: o fardo era pesado, não haviam pedido para ser Presidente, que estavam ali por obrigação; outro contava os dias para sair da Presidência; o outro caía doente, ficava deprimido. Perguntaram-me, então, como eu me sentia, se tinha algum tipo de problema. Respondi-lhes que não, que gosto muito de ser Presidente da República. Exerço a função com grande prazer, com uma satisfação pessoal muito grande. Primeiro, porque cheguei à Presidência da República sem ne-

nhum tipo de compromisso, a não ser o que eu mesmo declarei em praça pública. Tive contra mim, nessa campanha, muitos setores importantes da sociedade brasileira. Venho de um estado pequeno, com pouca expressão política, e me elegeram Presidente aos 40 anos de idade, o mais jovem que o País já teve. Então, não posso reclamar de nada. O que todo dia faço é agradecer a Deus por me ter dado a oportunidade de poder presidir o Brasil num momento internacionalmente tão importante, quando grandes transformações abrem novos cenários. Agradeço a Deus e reúno energia para levar adiante o programa econômico que estabelecemos. Às vezes as pessoas confundem, qualificam-me de autoritário, de imperial. Não se trata disso. O que há é que tenho a consciência de que as metas devem ser atingidas, que não se pode ficar parado no meio do caminho.

*Entrevista concedida ao jornalista Robert
Graham, do jornal Financial Times, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 27 de novembro de 1990.*